



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROFESSOR ORIENTADOR: FERNANDO ANTÔNIO F. BRAGA
ÁREA: ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Estudo de Caso da Assessoria de Comunicação Social
SESu/MEC

Elaine Cristina Carneiro
20363940

Brasília, novembro de 2007

Elaine Cristina Carneiro

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Estudo de Caso da Assessoria de Comunicação Social
SESu/MEC

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof. Mestre Fernando Antônio Ferreira Braga

Brasília, novembro de 2007

Elaine Cristina Carneiro

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Estudo de Caso da Secretaria de Educação Superior/MEC

Monografia apresentada à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Banca Examinadora

Prof. Fernando Antônio Ferreira Braga
Orientador

Prof.(a) Gláucia Pereira Magalhães
Examinador

Jornalista Silvana Elisabete Barletta Salinas
Examinador

Brasília, novembro de 2007

AGRADECIMENTOS

Em momentos como estes pude descobrir o que existem pessoas que me amam, torcem por mim, querem me ver bem, sentem carinho e amor.

Agradeço a Deus minha base, aos meus pais que são tudo na minha vida, e quando não tinha estímulo me deram força para continuar a luta, se esforçaram para me tornar o que e quem sou hoje. Meus irmãos que amo incondicionalmente. Minhas primas-irmã (Naiara, Lô, Bá) que são mais do que amigas sempre lutaram comigo e estiveram ao meu lado em momentos bons e ruins, me ajudaram a superar todas as conturbações da minha vida. Minhas tias, tios, primos, primas, minhas avós queridas que sempre se preocupam comigo.

Aos meus novos amigos, aos velhos amigos, que mesmo na distância sempre torceram por mim. Aos meus amigos “da escadinha”, foram momentos difíceis, sábados e madrugadas sacrificadas no esquina, carinho, brigas, risos, choro, ajuda, conselhos, lutas, idéias...!Momentos indescritíveis que ficarão na memória!

Agradeço aos meus colegas e amigos de trabalho que me ajudaram a superar momentos confusos e complicados. Com carinho a Carol, com a qual compartilho idéias desesperos, ápices. Especialmente a Sil, minha chefe, que acreditou em mim e no meu trabalho, me dando oportunidades ao mostrar um mundo que jamais imaginei conhecer.

RESUMO

O presente estudo reflete a importância de uma assessoria de imprensa, tanto em empresas privadas quanto públicas logo, este objeto que vai mostrar como uma Assessoria de Comunicação Social, com uma equipe preparada e bem estruturada, composta de jornalistas, publicitários e relações públicas, pode mudar a visão interna e externa de uma das secretarias com mais visibilidade do Ministério da Educação.

A Secretaria de Educação Superior passou por significativas mudanças nos últimos anos, principalmente no que tange a administração, que ao receber nova equipe passou a ter outra visão diante da sociedade. As mudanças atingiram tanto público interno quanto externo, funcionários da própria Secretaria, que

A pesquisa foi feita com funcionários públicos, terceirizados e DAS que trabalham no Ministério, alguns há mais de 10 anos que, ao serem questionados sobre a antiga e nova SESu relatam a quebra de paradigmas, como isto se deu e a importância de assessoria e assessorado trabalharem concomitantemente.

Palavras-chave: Assessoria de Imprensa, Assessoria de Comunicação Social, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Superior (SESu).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 EDUCAÇÃO.....	14
2.1 A Educação no Brasil.....	15
2.2 Educação Superior no Brasil.....	16
3 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.....	18
3.1 INEP.....	20
3.2 CNE.....	21
3.2.1 Atribuições.....	22
3.2.2 Estrutura	22
4 ASSESSORIA.....	23
4.1 Papel do assessor	24
4.2 4.1 Assessoria do MEC.....	24
4.3 ACS/SESu.....	25
4.4 Reestruturação.....	27
5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	30
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	32
ANEXOS.....	34

1 INTRODUÇÃO

O Brasil tem hoje cerca de 2.463 Instituições de Ensino Superior (IES), entre públicas e privadas que atendem a estudantes que buscam ser capacitados profissionalmente, estando aptos a ingressarem no mercado de trabalho. Todo processo de autorização, reconhecimento e credenciamento destas IES compete ao Ministério da Educação (MEC), que por sua vez procura atender as demandas da população e, atualmente a que se faz presente é a imprensa. Dentro do MEC, a Secretaria de Educação Superior (SESu), atende a estudantes e docentes propagam denúncias, insatisfação, repúdio as tentativas de IES denegrirem a imagem da educação superior brasileira. Com estas manifestações TV, rádio, impresso ou internet todos querem informações instantâneas do que está acontecendo e o posicionamento do MEC em relação a determinados acontecimentos. Onde surge o papel da assessoria de imprensa, que faz a interlocução da mídia com a equipe do MEC. Para que isso aconteça tem tramitação - entre assessores e as equipes de técnicos, coordenadores, diretores e secretário -, que é regra na Secretaria para facilitar o trabalho da Assessoria, onde tudo funciona via email, ferramenta importante na hora de relatar alguma divergência, caso haja.

Mesmo com assessor de imprensa há até pouco tempo a SESu não era bem vista diante do público interno e externo, a lentidão nos processos, má gestão entre outros problemas, aumentava sistematicamente a demanda de tarefas sobre funcionários mais eficientes, que acabavam insatisfeitos com o trabalho, somando à cadeia de elementos que davam errado na Secretaria.

Saber como antes era vista, por funcionários, reitores, parceiros, docentes e estudantes, a SESu e após ter assumido o atual secretário, Ronaldo Mota (abril/2007), é fundamental para que se entenda como foi o processo de quebra de paradigmas, e o quanto é importante equipe preparada que almeja o sucesso.

Para elaboração desta, utilizou-se como metodologia o processo de entrevistas de funcionários que presenciaram as mudanças na Secretaria.

2 EDUCAÇÃO

Na definição do dicionário Aurélio, educação é o processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, visando à sua melhor integração individual e social.

Já Cotrim define educação como “conhecimento e experiências adquiridas para uma determinada finalidade, porém existem muitas divergências na hora de utilizá-la” (COTRIM; 1984, Pág. 19).

Ambas as definições são corretas, visto que a educação é um processo contínuo, o qual o cidadão precisa para crescer e discernir o certo do errado, tomando decisões sábias diante das situações mais adversas.

Na antiguidade, os ideais educacionais eram diferenciados de acordo com a cultura de cada país, na Antiga Grécia valorizar o cidadão, aprimoramento da razão, cultivo das artes, preparo físico para o exercício da carreira militar, entre outras características ditavam o rumo que a educação tomaria.

“Interessados no desenvolvimento da personalidade do indivíduo, os educadores contemporâneos conscientes da complexidade e riqueza da natureza humana defendem, de maneira geral, que a finalidade da educação é proporcionar um harmonioso desenvolvimento da personalidade. O adequamento do homem ao meio em que vive, faz com que ele saiba aceitar, compreendendo e reagindo de acordo com às circunstâncias pertinentes sejam físicas, sociais e culturais do seu ambiente.”(FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO;1984, pág. 19)

Com isso, os objetivos educacionais se diversificam no decorrer da história, pois refletem a situação econômica, social e política de cada época e das necessidades humanas desses períodos.

Cotrim (1984) afirma que “Educador é quem transmite experiências educacionais e educando é quem recebe. Na auto-educação, a figura do educando e do educador estão reunidas na mesma pessoa.” (COTRIM, 1984, pág.18)

A educação, no geral, é uma variação de sociedade, visto que cada grupo tem em sua concepção a visão de mundo, de homem, de vida social e do próprio processo

educativo. Possibilitando, a partir desta observação, a importância que tem o estudo para a história da educação, permitindo-nos avaliar como foi entendida e praticada.

A educação é o processo universal do qual ninguém escapa, mas que varia de acordo com a sociedade em que se realiza. Na definição de Piletti (2003) no processo educacional podem ser feitas duas observações: geralmente a dicotômica, abrangendo termos opostos.

“A definição geral é de que a educação consiste na influência que as gerações adultas exercem sobre as gerações mais jovens, com base nas expectativas sociais dominantes. O entendimento da educação como processo histórico, dinâmico, permite-nos a superação, provisória e permanente, das dicotomias envolvidas no processo educacional” (PILETTI, 2003, pág. 7).

O fato é que o processo educacional está sempre evoluindo, visto que a significância de determinados valores podem variar de acordo com o que as gerações vivenciam, propagam, e outros que são conservados.

2.1 A Educação no Brasil

Cotrim (1984, p.259) conte que a educação no Brasil (1549) foi usada para propagação da fé, em prol do catolicismo por padres jesuítas. Os padres lutavam assumiram o espírito da Contra-Reforma e, lutaram para espalhar mundo a fora os princípios da obediência à Igreja Católica.

“Não eram soldados que submetiam o inimigo, destruindo suas cidades, matando seus exércitos. Como soldados da religião, os jesuítas se lançaram na conquista das almas, na doutrinação das mentes. Por isso, imediatamente após sua chegada, fundaram na Bahia a escola de nível elementar. O padre Vicente Rodrigues foi designado para lecionar nesta escola, tornando-se, assim, o primeiro professor do Brasil. Por outro lado, o padre João Aspicuelta Navarro, sendo o primeiro a aprender o idioma tupi-guarani, dedicou-se ao trabalho pioneiro de converter os indígenas à fé católica.”

O elitismo da educação brasileira acontece há anos, na época em que a sociedade brasileira era estruturada como pirâmide: sendo ao alto os senhores de engenho; no meio da pirâmide senhores do clero, pequenos proprietários de terra e os comerciantes; e na base os escravos negros. Mesmo com a missão de dedicar a catequização dos indígenas, ser educado passou a ser privilégio para alguns como relata Cotrim (1984, p. 260):

“Ministrava uma educação de caráter elementar para os filhos de alguns colonos brancos ensinando-os a ler, escrever e contar. Aos homens pertencentes à classe dominante, ministrava, exclusivamente, uma instrução de nível médio. Além destes níveis, havia colégios uma educação mais aprofundada com o objetivo de preparar o aluno para a carreira eclesiástica”

Para que a educação brasileira prevalecesse de forma igualitária, houve tentativas iniciais, mas o processo foi corrompido pela sociedade brasileira da época. O que, é possível observar, permanece até hoje.

2.2 Educação Superior no Brasil

A Educação Superior brasileira foi fundada (Séc. XIX) baseada nos princípios e características latino-americanos. Anísio Teixeira considera a Universidade de Coimbra, em Portugal, a primeira universidade, onde se graduaram (Teologia, Direito Canônico, Direito Civil, Medicina e Filosofia) durante os três primeiros séculos da história brasileira mais de 2.500 jovens.

Com a chegada (1808) da Família Real Portuguesa ao Brasil, especificamente na Bahia, comerciantes locais solicitaram ao então príncipe regente, Dom João VI, que fosse criada uma universidade no Brasil. Os comerciantes se dispuseram ainda a colaborar financeiramente para que fosse criada a universidade. Mas no período imperial não foi possível a criação desta universidade, visto que o padrão da universidade de Coimbra era alto, e a qualidade de ensino dos brasileiros cairia.

Paralelamente ao crescimento brasileiro, foram criados cursos superiores em algumas capitais brasileiras, inicialmente Salvador-BA, Olinda-PE, São Paulo-SP, Ouro Preto-MG. Esses cursos que frequentemente eram abertos foram estabelecidos como substitutos à universidade.

Logo, foi criada, oficialmente, a primeira universidade brasileira (1920), no Rio de Janeiro, que reunia administrativamente, Faculdades profissionais pré-existentes sem, contudo, oferecer alternativa diversa do sistema, sendo era mais voltada ao ensino do que à pesquisa, elitista, conservando a orientação profissional dos seus cursos e a autonomia das faculdades.

3 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Para regulamentar o ensino, saúde pública e assistência hospitalar no Brasil, foi criado por meio do Decreto N.º 19.402, DE 14 DE NOVEMBRO DE 1930, no governo de Getúlio Vargas, o Ministério da Educação e Saúde, o qual teve em sua primeira gestão o mineiro Francisco Campos.

Em abril de 1931 foi assinado decreto que afirmava ser preferível o sistema universitário ao das escolas superiores isoladas e que estabelecia, como exigência para a fundação de uma universidade, a existência de três unidades de ensino superior - as Faculdades de Direito, Medicina e Engenharia ou, no lugar de uma delas, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras. Outra medida importante foi a reforma do ensino secundário (www.mec.gov.br).

Em 1946 o então presidente da República, José Linhares, passa a Diretorias subordinadas imediatamente ao Ministro da Educação e Saúde as Divisões de Ensino Superior, Ensino Secundário, Ensino Comercial e Ensino Industrial do Departamento Nacional de Educação, e dá outras providências para facilitar as decisões sobre assuntos de interesse da educação e do público subordinar imediatamente ao ministro os órgãos que orientam e fiscalizam a aplicação das leis do ensino. Isso porque a partir desta data o Departamento de Ensino Superior passa a promover, nos estabelecimentos sob a sua jurisdição, o melhoramento progressivo das instalações e do ensino, cooperar com o serviço de Estatística da Educação e Saúde, fornecendo-lhe os dados estatísticos e elementos informativos que necessitar; fazer inspecionar os estabelecimentos que requerem as prerrogativas da autorização para funcionar, da equiparação e do reconhecimento; observar, no decurso da inspeção, a idoneidade, a assiduidade as condições de admissão dos membros do corpo docente, bem como as possibilidades do desenvolvimento da entidade inspecionada. Em 1978, o então ministro da Educação, Ney Braga, fez mudanças na estrutura básica do ministério, dentre elas a criação da Secretaria de Ensino Superior, a qual passa a supervisionar as

universidades, sendo: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Coordenadoria de Desenvolvimento das Instalações do Ensino Superior (PREMESU); Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC); Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Universidade Federal da Bahia (UFBA); Universidade Federal do Ceará (UFCE); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidade Federal de Goiás (UFGO); Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF); Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); Universidade Federal do Pará (UFPA); Universidade Federal da Paraíba (UFPB); Universidade Federal do Paraná (UFPR); Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS); Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE); Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ); Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAPA); Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM); Faculdade de Odontologia de Diamantina (FAOD); Escola de Farmácia e Odontologia de Alfenas (EFOA); Escola Federal de Engenharia de Itajubá (EFEI); Escola Paulista de Medicina (EPM); Escola Superior de Agricultura de Lavras (ESAL); Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM); Hospital de Clínicas de Porto Alegre (HCPA); Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ); Universidade do Amazonas (UAM); Universidade de Brasília (UnB); Universidade Federal do Acre (UFAC); Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT); Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP); Universidade Federal de Pelotas (UFPEL); Universidade Federal do Piauí (UFPI); Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR); Universidade Federal de Sergipe (UFSE); Universidade Federal de Viçosa (UFV); Universidade do Maranhão (UMA); Universidade do Rio Grande (URG); e Universidade de Uberlândia (UNO);

Segundo DECRETO N° 81.454, publicado em 1978 a Secretaria de Ensino Superior tem a partir de então a finalidade de subsidiar a formulação da política e a fixação de diretrizes para o ensino superior; planejar, coordenar e supervisionar a execução da política, diretrizes e atividades relativas ao ensino superior em âmbito

nacional; prestar cooperação técnica e assistência financeira às unidades federadas e às instituições particulares de ensino; e zelar pelo cumprimento da legislação federal pertinente. (www.mec.gov.br)

Atualmente (2007) compõem o MEC: As Secretarias de Educação Superior, Educação Básica, Educação Especial, Educação Profissional e Tecnológica, Diversidade ...INEP, CAPES, FNDE, CNE;

3.1 Inep

Criado em 1937, o Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, tinha como propósito regulamentar a organização e a estrutura da instituição.

Segundo o Decreto Lei, cabia ao Inep “organizar a documentação relativa à história e ao estado atual das doutrinas e técnicas pedagógicas; manter intercâmbio com instituições do País e do estrangeiro; promover inquéritos e pesquisas; prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente dela, esclarecimentos e soluções sobre problemas pedagógicos; divulgar os seus trabalhos”. Também cabia ao Inep participar da orientação e seleção profissional dos funcionários públicos da União (inep.gov.br).

Nas décadas anteriores à sua criação, algumas tentativas de sistematizar os conhecimentos educacionais e propor melhorias ao ensino já haviam sido articuladas, sem conseguir, no entanto, ter a continuidade desejada. Nos anos seguintes à sua criação, o Inep tornou-se referência para a questão educacional no País (inep.gov.br).

Em 1972, o Inep foi transformado em órgão autônomo, passando a denominar-se Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, que objetivava realizar levantamentos da situação educacional do País. Esses levantamentos deveriam subsidiar a reforma do ensino em andamento bem como ajudar na implantação de cursos de pós-graduação.

Após o período de dificuldades pelas quais passou no início do governo Collor, quando quase foi extinto, o Inep iniciou outro processo de reestruturação e redefinição de sua missão, centrada em dois objetivos: reorientação das políticas de apoio a pesquisas educacionais, buscando melhorar sua performance no cumprimento das funções de suporte à tomada de decisões em políticas educacionais; reforço do processo de disseminação de informações educacionais, incorporando novas estratégias de modalidades de produção e difusão de conhecimentos e informações (inep.gov.br).

No início dos anos 90, o Inep atuou como um financiador de trabalhos acadêmicos voltados para a educação. A partir de 1995 houve o processo de reestruturação do órgão. Com a reorganização do setor responsável pelos levantamentos estatísticos, pretendia-se que as informações educacionais pudessem, de fato, orientar a formulação de políticas do Ministério da Educação (www.inep.gov.br).

Em 1997, a Secretaria de Avaliação e Informação Educacional (Sediae), é integrada à estrutura do Inep, passando a existir, a partir desta data, um único órgão encarregado das avaliações, pesquisas e levantamentos estatísticos educacionais no âmbito do governo federal. Nesse mesmo ano, o Inep foi transformado em autarquia federal.

Nos últimos anos, o Instituto reorganizou o sistema de levantamentos estatísticos e teve como eixo central de atividades as avaliações em praticamente todos os níveis educacionais (www.inep.gov.br). Desde então o Inep tem abastecido de dados e estatísticas necessários sobre a educação brasileira, no que compete a SESu, dados como número de IES, docentes, alunado, evasão, disciplina, entre outros, tudo para que as deficiências do ensino público sejam sanadas. Em 2006 o Inep registrou xx ies e xxx alunos.

3.2 CNE

A Formulação da Política Nacional de Educação é papel colaborador do Conselho Nacional de Educação, que tem suas decisões são tomadas em grupo, com o

aproveitamento de experiências diferenciadas. Integrante da estrutura de administração direta do MEC, foi criado nos termos da Lei 9.131 de 1995. As normas de funcionamento do Conselho Nacional de Educação constam de seu Regimento Interno. (www.mec.gov.br/cne)

3.2.1 Atribuições

O CNE tem papel de normatizar, deliberar e assessorar o Ministro da Educação, no desempenho das funções e atribuições do poder público federal em matéria de educação, cabendo-lhe formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino, velar pelo cumprimento da legislação educacional e assegurar a participação da sociedade no aprimoramento da educação brasileira.

Compete ao Conselho e às Câmaras exercerem as atribuições conferidas pela Lei 9.131/95, emitindo pareceres e decidindo privativa e autonomamente sobre os assuntos que lhe são pertinentes, cabendo, no caso de decisões das Câmaras, recurso ao Conselho Pleno. (www.mec.gov.br/cne)

3.2.2 Estrutura

O Conselho Nacional de Educação é constituído por:

Órgãos Colegiados - são duas Câmaras autônomas a Câmara de Educação Básica e a Câmara de Educação Superior, ambas integradas por doze conselheiros cada uma. (www.mec.gov.br/cne)

4 ASSESSORIA

Na década de 60 o assessor de imprensa (AI) era conhecido como relações públicas, isso porque segundo Duarte (2001) a atividade era exercida por pessoas de áreas diversas, geralmente ainda em gabinetes de relações públicas, profissão que tinha atividade de administração do fluxo de informação entre organização e imprensa incluída em sua legislação profissional. Os jornalistas passaram a exercer as mesmas tarefas de assessores de imprensa, pois além da rotina nos veículos de comunicação eles eram contratados por órgãos públicos para escrever matérias favoráveis, o que se tornou rotina na época. Para os jornalistas ser assessor de imprensa era mais viável com horário fixo, menor estresse, melhores condições de trabalho, melhores salários e sem fechamentos.

“O conceito de assessoria de imprensa está associado a dois aspectos fundamentais: a necessidade de se divulgar opiniões e realizações de um indivíduo ou grupo de pessoas e a existência daquele conjunto de instituições conhecidas como meios de comunicação de massa” (Elisa Kopplin, p.18)

O papel do assessor de imprensa se consolidou quando foi instaurada a censura onde, segundo Duarte (2001) a relação entre órgãos governamentais e jornalistas eram estreitas e então, na época do regime militar os assessores de imprensa manipulavam as informações, onde este passou a ser porta-voz do governo divulgando apenas informações que lhes eram cabíveis.

“A avalanche de textos que chegavam às redações, a grande maioria mal redigidos, cheios de adjetivos elogiosos aos governantes e sem conter notícias de interesse público, contribuiu para que muitos jornalistas tratassem os assessores de imprensa com preconceito ou indiferença” (Maristela Mafei, 2004, p. 35)

A situação dos jornalistas que assumiram o papel de assessor de imprensa modificou em 1979 com a publicação do Decreto nº 83.284, março de 1979, que regulamentação do exercício profissional do Jornalismo, Elisa relata que nesta data, as

ACS existentes no poder público foram aprimoradas, e as empresas começaram então, a contratar jornalistas para profissionalizar as AI.

As atividades de comunicação de uma assessoria é composta pelas áreas de jornalismo, Relações Públicas e Publicidade e Propaganda que, segundo Elisa (2001) tem papel de aprimorar o fluxo das informações com seus públicos interno e externo. Os jornalistas assumindo, de forma séria e competente, os serviços do AI, a área de RP poderá desempenhar outros papéis tão importantes quanto dentro de seu campo de trabalho.

4.1 Papel do assessor

Dependendo do caso, como relata Elisa (2001, p.24), o trabalho do assessor de Imprensa está relacionado com a formação da opinião pública, na medida em que tenta atingir determinado número de pessoas com uma mensagem, influenciando o que pensam esses receptores (públicos internos e/ou externo do assessorado).

Na interpretação de Rabaça (1987, p. 429), a opinião pública não pode ser modificada como um todo de acordo com aproximação física, por exemplo, e o indivíduo não necessariamente detém o conhecimento do assunto que opina, pois nela interferem fatores psicológicos, sociológicos e históricos.

4.2 Assessoria do MEC

No Ministério da Educação encontra-se (2007) uma Assessoria de Comunicação Social (ACS/GM, situado no 9º andar) composta pelos três setores citados anteriormente nos registros acima: Relações Públicas (RP), Publicidade e Propaganda (PP) e jornalismo, tudo coordenado pelo jornalista Nunzio Filho. A redação (nome do espaço onde concentra a equipe de jornalismo) é composta por repórteres, assessores de Imprensa (AI), fotógrafos, editores, pauteiros e equipe de internet. Toda cobertura é

voltada estritamente para as ações do Ministro da Educação, Fernando Haddad e de eventos notórios de educação.

Mesmo com a equipe da ACS/GM, as demais Secretarias e autarquias (SESu, Seed, Setec, Secad, Seesp, Seb, Capes, FNDE) do MEC também tem ACS, outras mais completas outras menos. De acordo com experiências de jornalistas que já compõem o quadro, ter ACS nas Secretarias facilita o acesso às informações, visto que o trabalho e convivência diários permitem que o jornalista cumpra seu papel com mais precisão.

Em 2006, o chefe de redação, James Allen, montou o Manual de Redação para Assessoria de Comunicação Social, com o objetivo de padronizar os releases produzidos, assegurando uniformidade de tratamento em todos os seus produtos de comunicação para a imprensa, além da boa qualidade, essencial para garantir rapidez, facilidade e credibilidade da informação ministerial.

Segundo Allen (2006), “os meios de comunicação de todo o mundo estão de olho nas experiências e nos avanços institucionais brasileiros para o progresso e o crescimento dos investimentos dos recursos humanos, técnicos, científicos e financeiros na educação. E cada passo, cada movimento do MEC é objeto de atenção da mídia nacional e internacional, já que é o Ministério com o segundo maior orçamento do Poder Executivo.”

O manual propõe aos repórteres, redatores, editores e revisores ser uma ferramenta que garantisse simplicidade e clareza no tratamento de todos os seus textos. O objetivo do mesmo relata Allen, é, antes de tudo, “estabelecer como parâmetro geral a experiência acumulada pela mídia nacional nas últimas décadas, produzindo manual de redação e estilo.”

4.3 ACS/SESu

A Secretaria de Educação Superior do MEC (SESu) é uma das que não tinha uma equipe de ACS, nela, mal ficavam jornalistas para atender à imprensa, e quando

tinha era apenas um. Assessores relatam a dificuldade, de sem qualquer planejamento ou estrutura, de atender todas as demandas da imprensa, dentro do contexto atual (2007) que a educação superior é uma das maiores preocupações do Governo Federal. A SESu sempre foi muito problemática, de acordo com funcionários da casa, não havia comunicação entre AI, secretário, diretores e coordenadores de programas, o que dificultava a disseminação das informações por meio da imprensa brasileira, além disso, a equipe da SESu era receosa na hora de passar informações ou fazer entrevistas, visto que qualquer coisa falada de forma errada poderia causar um grande impacto na história deste ministério. O atendimento à imprensa feito por meio do gabinete do ministro era supérfluo e insatisfatório, a falta de capacitação dos mesmos era inquestionável, a credibilidade com a imprensa brasileira no quesito educação superior era negativa.

Em abril de 2007, Haddad convidou o então secretário de Educação a Distância, Ronaldo Mota, para assumir a Secretaria de Educação Superior. Junto a Mota foi sua equipe de ACS, com a coordenação de Silvana Elisabete Barletta.

Como a SESu não tinha equipe de comunicação, Silvana conheceu programa a programa da Secretaria, por meio de reuniões diárias logo, fez um planejamento, montou planos de estratégias e reestruturou a comunicação, centralizando sua equipe fisicamente no 3º andar do edifício sede, Gabinete e, a partir de então, a SESu passou a ter sua própria equipe de Assessoria de Comunicação Social.

4.4 Reestruturação

Até assumir o atual secretário, Ronaldo Mota, a SESu tinha a imagem negativa, pois o fato de todas as autorizações, reconhecimentos, e portarias serem obrigados a passar pela União, havia certa desorganização, o fluxo dos processos era lento. Os próprios funcionários não viam a SESu como um lugar bom para trabalhar, e sim como um espaço conturbado onde nada funcionava, ou seja, os pontos negativos da Secretaria se sobressaíam tanto que até mesmo os funcionários sentiam isso, tanto interno quanto externo. Parte da equipe foi trocada, pois os que conheciam o trabalho do secretário já sabiam como funcionava o ritmo diário, o que poderia facilitar o desenrolar das atividades da Secretaria. A mudança é refletida diretamente na SESu por meio dos dirigentes das próprias IES, que se manifestam de forma positiva em relação às ações e agilidade da Secretaria.

Hoje, a SESu procura trabalhar com o máximo de transparência junto a população, pois é de interesse público fazer com que as pessoas sejam inseridas no processo da evolução da Educação Superior. Além disso, as pessoas trabalham mais empenhadas, com mais vigor e segurança no que fazem.

Quanto à Assessoria de Imprensa, além das matérias, a ACS/SESu está a produzir uma cartilha contendo todos os programas da Secretaria, disponível em quatro línguas: Português, Inglês, Espanhol e Francês (veja anexo), com o objetivo de divulgar os projetos e ações do governo federal, visando a melhoria da qualidade da educação, como também para apropriação da sociedade para com as ações do ministério, aumentando assim, o espectro de estudantes ingressantes na Educação Superior.

A equipe de assessoria desenvolveu outra página na *web*, uma revista eletrônica, onde é veiculada todas as ações do Ministério, bem como as últimas informações do país como notícias, artigos, entrevistas entre outros.

A equipe produz ainda, um programa que visa auxiliar professores, alunos e toda a comunidade escolar, bem como o público interessado na construção de suas identidades, caminhos e projetos de vida. O Luz, Câmera, EducAÇÃO (LCE) tem como foco estimular a valorização das inovações tecnológicas aplicadas à educação e seu papel na formação e na prática de professores em todo o país.

O programa LCE é uma realização da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, em parceria com a Radiobrás, e tem duração de uma hora, dividido em quatro blocos. Os dois primeiros são destinados a informações atuais sobre o que acontece de mais relevante na Educação, tanto no país quanto no exterior, além de mostrar como os projetos e programas desenvolvidos pelo Ministério da Educação podem ajudar o professor na busca de uma melhor qualidade de ensino no Brasil. O terceiro bloco do programa mostra como a educação pode transformar a vida de alunos, professores e comunidade por meio de *cases* de sucesso. Por fim, o quarto bloco mostra as principais entrevistas e documentários produzidos pela TV Escola. O LCE é transmitido todos os sábados, às 17h, canal 2, TV Nacional, conta ainda com a parceria de instituições como a TVE/RJ, UNIVAP/TV e UFPR/TV

A ACS/SESu produz semanalmente o informativo SESu, com as principais matérias produzidas pelas Secretarias ao longo da semana. O mesmo é distribuído por meio do *mailing* das Instituições de Ensino de todo Brasil, isto, para que as mesmas se mantenham atualizadas quanto aos processos, editais, alterações e mudanças que ocorrem na SESu. É distribuído também internamente para todo ministério, para que funcionários saibam das ações da SESu.

Para fazer o atendimento à imprensa, a ACS/SESu trabalha com pessoas capacitadas, que atendem de forma ágil e transparente todas as demandas da imprensa brasileira. Essas pessoas devem estar devidamente aptas, conhecer a Secretaria, as ações, programas, manter atualizada, conhecer o que estão fazendo para que não haja qualquer equívoco nas respostas, nem contradições. Além do secretário, os diretores e coordenadores tem total credibilidade para atender a imprensa. O secretário, Ronaldo Mota, confia na comunicação e vê a ACS/SESu como uma peça chave, uma ponte fundamental que liga as ações da Secretaria ao público em geral.

Em relação ao processo de atendimento à imprensa, os registros são feitos sempre por *email* de assessoras para assessorado. Confirmadas as respostas junto aos responsáveis pela demanda, estas são repassadas ao veículo que solicitou as informações.

Todo esse panorama da SESu, leva a refletir que com uma boa gestão, capacidade, dedicação, é possível mudar a visão de dirigentes, docentes, e até mesmo da imprensa em relação a Educação Superior Brasileira.

5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

O objetivo deste trabalho é traçar um histórico da Assessoria de Comunicação Social da Secretaria de Educação Superior, entender como as mudanças na Secretaria impactaram na imagem, saber como funciona, o papel que esta desenvolve na sociedade, a agilidade da mesma para com os veículos de comunicação e como as informações que a imprensa divulga tem repercussão.

Pelo que foi observado hoje a Secretaria de Educação Superior é bem vista no que tange a educação superior no Brasil. A ACS/SESu funciona diariamente, a coordenadora procura manter um horário rígido, tendo sempre alguém presente para maior agilidade na hora do atendimento.

Os materiais que a ACS/SESu cria e propaga são os mecanismos que demonstram transparência para com o público em geral, tanto docentes, alunos, como à imprensa em geral.

Quanto à demanda de atendimento aos programas há variação, pois depende do programa que está no auge de divulgação, criação ou mesmo inscrições. A Secretaria pauta, na maioria das vezes, a imprensa brasileira, no foco educação, tem assuntos de interesses bastante específicos da sociedade.

A ACS/SESu tende atender com mais agilidade jornalistas setoristas, pois estes tratam especificamente do assunto e mantém contato permanente com as assessorias, procurando informações de interesse da sociedade, e como são, geralmente, grandes veículos, que pautam a imprensa, a coordenadora procura dar prioridade a estes, a fim de que as informações que serão divulgadas não correm o risco de denegrirem a imagem da SESu.

O esforço da coordenadora em manter essa credibilidade se reflete também nos mecanismos que a ACS/SESu cria por meio de releases diários, notas, spot's, programa de TV, e até mesmo no diálogo diário com os veículos nacionais.

A SESu é uma das secretarias com o maior orçamento e, talvez hoje, a mais importante do Ministério da Educação, cabendo a ACS/SESu disseminar as informações da melhor maneira possível, demonstrando comprometimento com o público e com os veículos de comunicação. É importante ressaltar que para uma

assessoria funcionar bem deve ter pessoas capacitadas, com ética, comprometimento, tanto para com a instituição quanto para os veículos, respeitando dead line, atendendo com precisão, clareza, objetividade e de forma direta. O assessor precisa estar seguro, pois o MEC é um dos órgãos federais mais visado pela imprensa, onde a mesma sempre procura falhas, erros, motivos que gerem denúncias, que deturpem a imagem da instituição.

As demandas de assessoria são muitas, há variação de acordo com a época do ano, exemplo disso, quando se iniciam as inscrições para Programa Universidade para Todos (ProUni), a repercussão é imediata, várias matérias, números de vagas disponíveis, muita especulação. Mas alguns veículos que querem produzir matéria sobre este programa, por exemplo, não sabe nem o que é como funciona, estrutura, mesmo com as informações disponíveis no portal mec, a maioria dos repórteres não se preocupam em fazer contato com o máximo de informações possíveis. Quando entra em cena o assessor de imprensa, que vai explicar, dar dicas, números, a base para que o repórter que está solicitando a entrevista com o secretário Ronaldo Mota, diretores de departamentos, ou mesmo coordenadores não a faça sem embasamento. Assim como o assessor deve saber como funciona todos os programas daquela Secretaria, o repórter deve fazer uma pesquisa prévia do assunto a ser tratado, mesmo que a falta de tempo na redação não o permita fazer. As perguntas via *email* são importantes para que não haja nenhum conflito de informações, tanto TV, rádio, impresso e internet, visto que qualquer informação publicada estará no corpo do *email*. Também para questão de apuração de dados junto aos sistemas do mec, para dar base ao entrevistado, caso necessite.

Disseminar as informações é papel imprescindível da ACS/SESu, por isso, a mesma disponibiliza várias matérias por semana por meio do portal mec, atualizando freqüentemente as informações, o que dá credibilidade à assessoria.

Para que a ACS/SESu seja ainda mais eficiente e eficaz no processo de assessoramento, a mesma deve fazer reuniões semanais, para atualizar toda equipe com esses dados, números, novidades sobre os programas a curto e longo prazo, informações que podem facilitar o dia a dia no atendimento a imprensa. Conhecer o

conteúdo do portalmec/sesu é fundamental, vai facilitar na hora do atendimento a imprensa.

Uma ferramenta de comunicação interna seria cabível, pois todos os funcionários se manteriam informados do que acontece em toda Secretaria, que por ser grande proporção, fica dispersa em todo Ministério, tanto na sede quanto nos anexos. Neste boletim interno, por exemplo, estaria agenda de diretores, coordenadores, seminários, viagens, férias, assim, quando um repórter solicitasse entrevista, o assessor já saberia que determinada pessoa não poderá atender.

REFERÊNCIAS

CHINEM, Rivaldo. *Assessoria de Imprensa: Como fazer*. São Paulo: Summus, 2003

COTRIM, Gilberto; Parisi, Mário. *Fundamentos da Educação: História e Filosofia da Educação*. São Paulo: Saraiva, 1984

Conselho Nacional de Educação [sitio]. *Conheça o CNE*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/index.php?option=content&task=category§ionid=9&id=75&Itemid=207>. Acesso set/2007

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [sitio]. *História do INEP*. Disponível em <http://www.inep.gov.br/institucional/historia.htm>. Acesso em set/2007

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [sitio]. *Censo da Educação Superior*. Disponível em <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/default.asp> set/2007

KOPPLIN, Elisa, *Assessoria de Imprensa: Teoria e prática*. Porto Alegre: SAGRA-LUZZATTO, 2001, 4.ed

MAFEI, Maristela; *Assessoria de Imprensa: Como se relacionar com a mídia*. São Paulo: Conexto, 2004

Ministério da Educação [sitio]. *Histórico*. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=category§ionid=8&id=78&Itemid=233>. Acesso em set-out/2007

PARANAYBA, James Allen Segurado. *Manual de Redação da Assessoria de Comunicação Social*. Brasília, 2006

PILETTI, Nelson. *História da Educação no Brasil*. São Paulo: Editora Ática, 2003

SOARES, Maria Susana Arrosa; OLIVIEN, Arasela Campos; BATISTA, Bernadete da Silva Ribeiro; MARTINS, Carlos Benedito; NEVES, Clarissa Eckert Baeta; LEITE, Denise Balarine Cavalheiro; SCHWARTZMANN, Jacques. *A Educação Superior no Brasil*. Brasília: Capes, 2002

ANEXOS

**Material desenvolvido pela Assessoria de Comunicação
Social da Secretaria de Educação Superior do MEC**

Ministério da Educação

Destaques do Governo

OUVIDORIA MAPA DO PORTAL FALE CONOSCO PESQUISA: digite aqui...

Diminuir Fonte Fonte Normal Aumentar Fonte

Principal [Sesu](#)

SESu - Secretaria de Educação Superior

Novo Central de Atendimento da SESu

Tire suas dúvidas na nova Central de Atendimento da SESu

Com a finalidade de facilitar o acesso à informação acerca do ensino superior, o Ministério da Educação disponibiliza o sistema eletrônico de consulta.

- ▶ Parâ forma professores em braille e Libras
- ▶ Mais dinheiro para ciência e tecnologia
- ▶ Autorização de abertura negada a 27 cursos
- ▶ Reajuste para professor de universidade
- ▶ Governo e estudantes avaliam ProUni
- ▶ Região Sul terá nova universidade em 2009
- ▶ Intercâmbio com a Alemanha será estimulado
- ▶ Transporte seguro com certificação
- ▶ Fies: entrevistas até sexta-feira
- ▶ Nova lei altera regras do Fies

[LEIA MAIS](#)

destaques

UNIAFRO

Visa apoiar e incentivar o fortalecimento das atividades dos Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros

Soiba Mais

2006 UNIAFRO

Clique para ativar e usar este controle

- Projeto de Capacitação das Assessorias Intern...
- SESu - Programas e Ações
- SESu - Programmes and Actions
- SESu - Programmes y Acción
- Edital - capacitação das assessorias interna...
- SESu - Programmes et Actions
- Autorização para concursos públicos

Áreas

- Administração Sese
- Residência Médica | Lato Sensu
- Educação Superior a Distância

Instituições

- Sistema Federal de Educação Superior
- Hospitais Universitários
- Fundações de Apoio
- Busca de Instituições
- Busca de Cursos

Ações

- Políticas e Programas na Educação Superior
- Avaliação
- Distribuição de Recursos - IFES
- Legislações e Normas
- Publicações | Eventos
- Sistemas
- Central de Atendimento
- Links
- Revista Eletrônica da SESu - SESuWeb

Autarquias

Concluído

Intranet local

Ministério da Educação Destaque do Governo

Brasil, 26 de novembro de 2007 • 17:17 Inicial

SESu Web

Conexão direta com a educação superior

Editorial Notícias Entrevistas Links Artigos Agenda Expediente Contatos

> Pesquisa

ENTREVISTA COLETIVA SEC. RONALDO MOTA REUNI - 30/10/07

> Fale Conosco

Gabinete SESu
(61) 2104-8012

Assessoria de Comunicação
(61) 2104-9171
acs.sesu@mec.gov.br

EDUCAÇÃO SUPERIOR E ENVELHECIMENTO POPULAR ACIDOLLI

> Últimas Notícias

Ministério da Educação divulga lista de alunos estrangeiros selecionados para estudar no Brasil
Está disponível na página eletrônica da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação a lista dos mais de 780 estudantes de 28 países que foram selecionados para o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

TCU debate Ensino Superior
O Tribunal de Contas da União promoverá, nos dias 27 e 28 de novembro, o primeiro Fórum sobre as Instituições Federais de Ensino Superior. O objetivo é discutir problemas administrativos e institucionais e buscar soluções para as principais dificuldades enfrentadas pelas instituições de ensino superior do país.

MEC não autoriza abertura de 27 cursos
A Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC) negou, nesta semana, a autorização para abertura de 27 cursos de ensino superior.

Prazo para entrevistas dos candidatos ao Fies termina nesta sexta-feira
O prazo final para os 71 mil estudantes classificados no processo seletivo do Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, comparecerem às instituições para realização de entrevista e comprovação de informações termina na próxima sexta-feira, 23.

> Entrevistas

Nuestro objetivo es que el 30% de los jóvenes estudie una carrera
El responsable de la enseñanza asegura que países como el suyo, México

Concluído Intranet local

Ministério da Educação Destaque do Governo

Brasil, 26 de novembro de 2007 • 17:17 Inicial

SESu Web

Conexão direta com a educação superior

Editorial Notícias Entrevistas Links Artigos Agenda Expediente Contatos

LUZ, CÂMERA educação

O **Programa LUZ CÂMERA educação** é uma parceria do Ministério da Educação com a Radiobrás. Veiculado em Brasília, DF, na **TV Nacional**, canal 2, aos sábados 17:00, e em outras capitais do Brasil pela NBr. [Veja a relação dos canais de outras capitais.](#)

Você precisa ter o plugin do Flash. Caso não tenha, [clique aqui.](#)

Programa 67 - veiculado dia 17/11/2007

- FLORIANÓPOLIS RECEBEU OS PARTICIPANTES DE MAIS UMA OFICINA DA MODALIDADE DE ENSINO QUE MAIS CRESCE NO PAÍS, A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA. O EVENTO É UMA PROMOÇÃO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, COM APOIO DO MEC. CONFIRA DETALHES NA REPORTAGEM DE SILVANA NEITZKE.
- A COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR, A CAPES, VAI FINANCIAR A FORMAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O SISTEMA BRASILEIRO DE TV DIGITAL CONFIRA OS DETALHES NA REPORTAGEM DE ELAINE CARNEIRO.
- PROFESSORA DE ARTES DA ESCOLA PÚBLICA GANHA PRÊMIO INTERNACIONAL DE POESIA. VEJA NA MATÉRIA COM SANDRO SANTOS.
- **QUADRO INFORMAÇÃO:** CÉU. MAR. UMA PAISAGEM DESLUMBRANTE... CONHEÇA UM POUCO MAIS SOBRE A PRIMEIRA TERRA AVISTADA EM NOSSO CONTINENTE NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL PELOS PORTUGUESES. PORTO

Bloco 01

Bloco 02

Concluído Intranet local



Secretaria de Educação Superior é a unidade do Ministério da Educação responsável por planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implementação da política nacional de educação superior.

O Ministério da Educação trabalha pela ampliação e democratização do acesso ao ensino superior. Para tanto, não basta crescer a oferta de vagas na educação superior. É preciso garantir qualidade. Da mesma forma, é fundamental que se faça promovendo inclusão social pela educação em todos os níveis. Por fim, a questão da territorialidade. O País que se pretende nação precisa enxergar-se na sua totalidade, fazendo uso da educação, inclusive da educação superior, para propiciar qualidade educacional mesmo nas regiões mais remotas. Educação é a melhor ferramenta para enfrentar desigualdades sociais, bem como desigualdades regionais.

Educação superior está fortemente conectada ao desenvolvimento econômico e social do País, seja enquanto formadora de recursos humanos altamente qualificados ou como peça imprescindível na produção científico-tecnológica, elemento-chave da integração e formação da nação.

O Ministério da Educação tem criado políticas estratégicas para a democratização do ensino, que se estende das creches até às universidades, incluindo sua pós-graduação. A política de inclusão social na educação superior, em especial via reserva de vagas para estudantes que cursaram escolas públicas, é somente uma entre várias outras ações neste sentido.

No que tange a Educação Superior, portanto, em ações harmônicas com outros níveis de ensino e demais modalidades e etapas da educação, o desafio consiste em caminhar em direção ao cumprimento do Plano Nacional de Educação - PNE, o qual fixou, entre outras metas para o decênio, a oferta de vagas correspondentes a pelo menos 30% dos jovens brasileiros. Para tanto, será preciso mais do que dobrar o número de estudantes em nossas instituições de ensino superior, especialmente nas instituições públicas e, com ênfase especial, nas instituições federais de ensino superior, promovendo inclusão social pela educação e com visão de território nacional.



ProUni - Programa Universidade para Todos foi criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior, oferecendo em contrapartida isenção de alguns tributos àquelas que aderirem ao programa.


Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, o ProUni conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, o que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio, conjugando, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos.

Em consonância com a política social do Governo Federal, o ProUni reserva um percentual das bolsas ofertadas aos afro-descendentes, indígenas e deficientes. Os professores também possuem critérios diferenciados de participação no programa, o que vem ao encontro da política de incentivo à formação docente e qualificação da educação básica pública.

O ProUni possui ainda ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições como a Bolsa Permanência e o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que possibilita ao bolsista parcial contratar o financiamento concomitantemente à utilização da bolsa de estudos do programa, iniciando o pagamento somente após a conclusão do curso.

No primeiro processo seletivo, em 2005, o programa ofereceu 112 mil bolsas em 1.142 instituições de educação superior de todo o País. O ProUni conta, atualmente, com mais de 1.400 instituições participantes em todas as Unidades da Federação, já tendo beneficiado mais de 300 mil estudantes.



riado em 1999, pela MP nº1.827 e institucionalizado pela Lei nº10.260, de 12/07/2001, o FIES é um programa de financiamento destinado a estudantes regularmente matriculados em cursos superiores de graduação, com avaliação positiva, de acordo com regulamentação própria, nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

A gestão do programa é efetivada conjuntamente pelo Ministério da Educação, na qualidade de agente supervisor, responsável pelas políticas educacionais norteadoras do programa, e pela Caixa Econômica Federal, agente operador e financeiro, responsável pela administração dos ativos e passivos do fundo, assim como pelo sistema informatizado do FIES e pela concessão e manutenção dos financiamentos.

O fundo é composto por dotações orçamentárias consignadas ao Ministério da Educação, recursos das loterias administradas pela Caixa Econômica Federal e retorno dos financiamentos concedidos.

O FIES prioriza as instituições participantes do Programa Universidade para Todos -

ProUni, nas distribuições de seus recursos, assim como possibilita a concessão dos financiamentos prioritariamente aos bolsistas parciais desse programa.


O processo de seleção é informatizado, sendo pontuados no índice de classificação do candidato critérios como renda familiar *per capita*, desempenho acadêmico, condições de moradia, conclusão de ensino médio na rede pública, raça, condição de professor da educação básica, ausência de diploma de nível superior e outros.

O FIES financia 50% do valor da mensalidade, a uma taxa de juros fixa de 6,5% ao ano. Para os cursos de licenciaturas, normal superior, pedagogia e tecnólogos conforme Catálogo de Cursos Superiores de Tecnologia do Ministério da Educação, a taxa de contratação é de 3,5% ao ano. A reversão do financiamento é efetuada pelo estudante após a conclusão do curso, em prazo proporcional ao tempo de utilização do contrato.

Desde sua criação, o FIES já beneficiou cerca de 457 mil estudantes, com investimento estimado em R\$ 4,8 bilhões.



Programa de Educação Tutorial

riado em 1979 pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, e transferido para a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação em dezembro de 1999, o Programa de Educação Tutorial - PET, é desenvolvido por grupos de estudantes, com tutoria de um docente doutor, organizados a partir de cursos de graduação das Instituições de Ensino Superior do País. A exigência é que seja um grupo por curso, orientado pelo princípio da Educação Tutorial e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Institucionalizado pela Lei nº 11.180, de setembro de 2005, o PET tem entre os objetivos a melhoria da graduação, por meio da formação acadêmica ampla e de qualidade e da fixação de valores que reforcem a cidadania e a consciência social dos estudantes universitários.

O PET concede bolsas de apoio acadêmico aos alunos regularmente matriculados em cursos de graduação, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de iniciação científica, e bolsa de tutoria a professores tutores, em valor equivalente ao praticado na política federal de concessão de bolsas de doutorado e mestrado no País.

Atualmente, o PET conta com 370 grupos e 3.968 bolsistas, além de 1.984 não bolsistas, distribuídos por todo o território nacional, em instituições de ensino superior públicas - federais, estaduais e municipais - e privadas. Novos grupos PET são criados a partir de editais públicos dirigidos às Instituições de Ensino Superior.

“ O PET visa uma formação acadêmica ampla e de qualidade. ”



Programa de Apoio à Extensão Universitária



Criado no ano de 2003, pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, o Programa de Apoio à Extensão Universitária - PROEXT, visa o desenvolvimento de práticas extencionistas nas Instituições de Ensino Superior, por meio de ações acadêmicas que enfatizem políticas públicas e promovam o desenvolvimento social.

O objetivo geral do PROEXT é apoiar as Instituições Públicas de Ensino Superior no desenvolvimento de programas e/ou projetos de extensão que contribuam para a implementação e para o impacto de políticas públicas, potencializando e ampliando patamares de qualidade das ações propostas, projetando a natureza das mesmas e a missão da universidade pública.

Temas Contemplados nos Editais do PROEXT:

- Formação de professores
- Erradicação do trabalho infantil
- Juventude e desenvolvimento social
- Promoção e/ou prevenção da saúde
- Educação ambiental e desenvolvimento comunitário
- Violência urbana
- Direitos Humanos
- Atenção à pessoa idosa, ao deficiente e às populações indígenas e quilombolas
- Geração de trabalho e renda
- Inclusão étnica
- Inclusão digital



Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência




Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID, é uma iniciativa do Ministério da Educação, inserida no Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE. O PIBID será implementado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e Secretaria de Educação Superior - SESu. Entre os objetivos do programa estão o incentivo à formação inicial de professores para a Educação Básica, a melhoria do ensino nas escolas da rede pública e a integração da educação superior com a educação básica. No PIBID os futuros professores utilizarão o espaço da escola pública como campo de experiência e de referência para a construção e reelaboração do conhecimento e para o exercício orientado da ação docente.

A meta para 2008 é que sejam disponibilizadas 20 mil bolsas para cursos de licenciaturas das Instituições Federais de Ensino Superior, destinadas a estudantes regularmente matriculados em cursos de licenciatura em ciências ou matemática, voltados para as séries finais do ensino

fundamental, e de física, química, matemática e biologia, para o ensino médio. Em caráter complementar, os candidatos a bolsistas de iniciação à docência podem ser estudantes de cursos de letras (língua portuguesa), educação artística (música), pedagogia e demais licenciaturas.

“A meta para 2008 é que sejam disponibilizadas 20 mil bolsas para cursos de licenciaturas das Instituições Federais de Ensino Superior.”

riado no ano de 2006 pela Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, o Programa de Consolidação das Licenciaturas - PRODOCÊNCIA, visa ampliar a qualidade das ações voltadas à formação de professores, ao priorizar a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciaturas das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior.

O Programa tem como principais objetivos: formular novas estratégias de desenvolvimento e modernização do ensino superior no país e contribuir para a elevação da qualidade da graduação, por meio do financiamento de projetos voltados para a formação e o exercício profissional de futuros docentes para Educação Básica.

Em 2006, foram financiados 28 projetos, totalizando R\$ 2 milhões em recursos financeiros repassados pelo Ministério da Educação para Instituições Federais de Ensino. O Edital lançado em 2007 beneficiou 47 projetos de instituições federais e estaduais, com investimentos de R\$ 3 milhões.

“O PRODOCÊNCIA prioriza a formação inicial de professores para a educação básica.”




Reconhecer



Reconhecer é um programa de incentivo e apoio a experiências de práticas coletivas, dialógicas e transformadoras, vinculadas a um projeto institucional de caráter ético-humanista. Por meio de chamada pública, o programa visa fomentar a inserção da temática dos Direitos Humanos na graduação, particularmente nos cursos de Direito, estabelecendo estratégias de ensino inovadoras voltadas para a formação cidadã por meio da participação dos estudantes em ações acadêmicas orientadas para o atendimento dos grupos menos favorecidos da população e para a criação de uma cultura comprometida com a construção de práticas emancipatórias. Em 2006, quatorze universidades públicas e privadas tiveram projetos aprovados e financiados no âmbito do Reconhecer, totalizando R\$ 450 mil em recursos. Parceria com o Ministério da Justiça prevê, a ampliação das ações do programa e do montante de recursos investidos.

“Estratégias de ensino inovadoras voltadas para a formação cidadã por meio da participação dos estudantes em ações acadêmicas orientadas para o atendimento dos grupos menos favorecidos da população.”



Programa INCLUIR: Acessibilidade na Educação Superior é uma iniciativa da Secretaria de Educação Superior e da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação que visa implementar política de acessibilidade plena à educação superior de pessoas com deficiência.

De acordo com dados do INEP, o número de matrículas de pessoas com deficiência nas instituições públicas de educação superior aumentou 177% entre 2003 e 2005, passando de 1.373 para 3.809 estudantes. Apesar do crescimento expressivo, a

quantidade de jovens com deficiência em idade universitária fora do ensino superior ainda é muito grande.

Nesse sentido, o INCLUIR tem como principais objetivos fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior, os quais respondem pela organização de ações que garantam a integração de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras de atitudes, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação.

No período 2005 e 2006, 41 projetos foram apoiados pelo

Programa, que investiu recursos da ordem de R\$ 2,1 milhões. Em 2007, 38 projetos de Instituições Públicas de Ensino Superior de todas regiões do País são apoiadas com aporte de recursos de R\$ 2 milhões.

“ O INCLUIR tem como principais objetivos fomentar a criação e/ou consolidação de núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior. ”



Programa de Formação Superior e Licenciaturas Indígenas - PROLIND, desenvolvido conjuntamente pela Secretaria de Educação Superior e Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, tem como finalidade contribuir para a consolidação de uma política educacional mais ampla para os povos indígenas com o objetivo de garantir a essas populações a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências, bem como o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional, tal como preceituado nos artigos 78 e 79 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Entre as ações priorizadas no PROLIND, destacam-se o apoio às Instituições de Ensino Superior para implantar cursos de Licenciaturas para a formação de professores indígenas.

A mobilização e sensibilização da comunidade acadêmica para o acesso das populações indígenas ao ensino superior e a integração do estudante indígena na vida universitária em geral.

Os projetos aprovados no Edital de 2005 receberam recursos no valor total de R\$ 3,1 milhões e estima-se que esses projetos beneficiem direta e indiretamente mais de 100 mil indígenas de vários povos e etnias em todas as regiões do País.



Programa de Ações Afirmativas para a População Negra nas Instituições Públicas de Educação Superior - Uniafro - tem como objetivo apoiar e incentivar a implementação de núcleos de natureza acadêmica que desenvolvam atividades vinculadas aos estudos afro-brasileiros e africanos e à educação para as relações étnico-raciais. Os projetos apoiados pelo Programa contribuem para o fortalecimento das políticas de ação afirmativa voltadas para o acesso e permanência na educação superior da população afro-brasileira.

O Uniafro concorre para a formação inicial e continuada de professores da Educação Básica, em atendimento ao que dispõe o Artigo 26-A da Lei nº 9.394/96, acrescido pela Lei nº 10.639/03, bem como estimula a integração das ações de implantação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

Nos anos de 2005 e 2006, foram investidos recursos na ordem de R\$ 3,9 milhões em 29 Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior de 15 Unidades da Federação, beneficiando cerca de 700 estudantes. Em 2007, os recursos destinados ao Programa são da ordem de R\$ 2 milhões.



programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, foi instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007 e faz parte do Plano de Desenvolvimento da Educação.

O Programa tem como meta global a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90% e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito, ao final de cinco anos.

Dentre as diretrizes estabelecidas para o REUNI, a política de inclusão e democratização do acesso, a ampliação da assistência estudantil, a mobilidade acadêmica e a renovação pedagógica são aspectos que deverão ser contemplados nos planos apresentados pelas Universidades, além da ampliação da oferta de vagas nos cursos de graduação.

Com a previsão de um aumento em mais de 300 mil vagas na graduação presencial, o programa estabelece o aumento de 20% no orçamento de custeio e pessoal das universidades, além do melhor aproveitamento da estrutura física e de recursos humanos já existentes.

O REUNI é uma oportunidade para as universidades repensarem seu funcionamento e sua estrutura acadêmica, reformulando currículos muitas vezes rígidos e com forte viés disciplinar, além de possibilitar a discussão sobre a excessiva precocidade na escolha profissional dos jovens universitários e a fragmentação dos conhecimentos produzidos nas instituições. Para tanto, o programa não preconiza a adoção de um único modelo de graduação e respeita a autonomia e a diversidade das instituições.

Com o intuito de facilitar tais mudanças, o Ministério da Educação publicou a Portaria nº 224, de 23 de julho de 2007, que conferiu autonomia aos gestores das universidades para realizarem a contratação imediata de professores universitários quando ocorrerem aposentadorias, exonerações, morte ou outras formas de vacância na instituição.

Com mais recursos orçamentários e autonomia para realização de concursos para futuras vacâncias, o REUNI representa um grande avanço na ampliação do acesso a educação superior e um avanço na consolidação da autonomia universitária.



Unidade de professor-equivalente simplifica contratação de professores nas universidades federais. O Ministério da Educação e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão criaram um banco de vagas docentes tendo como referência a unidade chamada professor-equivalente. A medida simplificará o processo de contratação dos professores nas universidades públicas federais.

A inovação está prevista em portaria dos dois ministérios. O documento representa passo importante no exercício pleno da autonomia de gestão administrativa das universidades federais.

A alteração permitirá definir anualmente, para cada universidade federal, um número de vagas docentes, com base em unidades de professor-equivalente. O banco será capaz de refletir, a cada ano, o potencial de

Professor Equivalente

aproveitamento de vagas de cada instituição, levando em conta os professores efetivos e substitutos em exercício, além das perspectivas de expansão das universidades.

A nova portaria confere mais autonomia aos reitores para que possam planejar o preenchimento das vagas docentes.

Instituído com base na legislação vigente, cada instituição terá o seu banco de professor-equivalente a partir desse novo modelo. A referência será o professor adjunto, nível um, em regime de trabalho de 40 horas semanais.

“A nova portaria confere mais autonomia aos reitores para que possam planejar o preenchimento das vagas docentes.”



Programa de Recuperação e Ampliação dos Meios Físicos das Instituições de Ensino Superior



Programa, estabelecido a partir da assinatura do Protocolo de Atuação Conjunta Nº 01/97 entre o Ministério da Educação e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, irá conjugar esforços e recursos financeiros para apoiar projetos que contribuam para a consolidação e modernização do ensino superior no país, mais especificamente, por meio da adequação, recuperação e ampliação dos meios físicos das instituições de ensino superior públicas e privadas.

Contribuir para a consolidação e modernização do ensino, apoiar o conjunto das instituições de ensino superior na realização de projetos de investimentos que visem à conclusão, renovação e ampliação dos seus meios físicos voltados ao ensino, à pesquisa e à administração e apoiar projetos da expansão de vagas no ensino superior são os objetivos do programa.

A instituição de ensino superior que desejar habilitar-se aos benefícios do Programa deverá encaminhar ao Ministério da Educação o seu Projeto Institucional Acadêmico - PIA. O Projeto explicitará os investimentos em infra-estrutura pretendidos e seu impacto na efetiva melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa, da extensão e da administração da IES, e na expansão de vagas e criação de cursos, consideradas as demandas definidas a partir do perfil sócio-econômico da região onde a Instituição estiver inserida.

A Plataforma de Integração de Dados das Instituições Federais de Ensino Superior - PingIFES, é uma ferramenta tecnológica para coleta e distribuição dinâmica de informações das universidades e sistema de gestão estratégica de dados para a Secretaria da Educação Superior. Quando a plataforma estiver em plena operação, o Ministério da Educação contará com informações atualizadas das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

O projeto surgiu da necessidade em obter dados atualizados das IFES, de forma ágil e com qualidade, servindo como base técnica para a tomada de decisões por parte do MEC.

Atualmente, para definir o orçamento anual das universidades, o Ministério da Educação utiliza os dados consolidados nas coletas realizadas por meio da Plataforma PingIFES, dados de residência médica, cruzamentos de dados do PingIFES e cadastros nacionais de cursos do INEP e CAPES, aplicados a um modelo de orçamento acordado entre Ministério da Educação e IFES.

“É uma ferramenta tecnológica para coleta e distribuição dinâmica de informações das universidades.”



e-MEC é um sistema implantado com a finalidade de realizar a tramitação eletrônica dos processos de regulação no Sistema Federal de Ensino para credenciamento e credenciamento de Instituições de Ensino Superior, autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos regulamentados pelo Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006.

Com o projeto-piloto em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema e-MEC permite a abertura e o acompanhamento da tramitação dos processos por meio da internet de maneira transparente e simplificada. O sistema disponibiliza o acompanhamento dos processos às IES e aos demais interessados. A perspectiva é de que até 2009 todos os cursos e Instituições de Ensino Superior tenham utilizado o sistema.

A implantação do Sistema e-MEC tem vantagens como a agilidade dos processos, com documentação exclusivamente digital, evitando trâmite de documentos em papel; transparência para o público, que terá acesso às informações de tramitação; implantação de calendário de protocolos, permitindo melhor planejamento das IES e do Ministério da Educação no tratamento dos processos e maior articulação entre as secretarias do Ministério da Educação, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e o Conselho Nacional de Educação, além de facilitar a manifestação de órgãos como o Conselho Nacional de Saúde e a Ordem dos Advogados do Brasil.

O e-MEC é transversal, abrangendo várias secretarias e órgãos do Ministério da Educação.

“ A implantação do Sistema e-MEC tem vantagens como a agilidade dos processos, transparência para o público, implantação de calendário de protocolos e maior articulação entre as secretarias do Ministério da Educação. ”

Instituído pela Portaria Interministerial nº 2.101 de 3 de Novembro de 2005, o Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde - Pró-Saúde, visa reorientar o processo de formação em Medicina, Enfermagem e Odontologia de modo a oferecer à sociedade profissionais habilitados para responder às necessidades da população brasileira e à operacionalização do Sistema Único de Saúde - SUS.

Atualmente, o Pró-Saúde está na fase de acompanhamento da implementação dos projetos nas Instituições de Ensino Superior selecionadas, das quais a maioria já recebeu visita in loco de membros da comissão técnica, e já encaminhou à coordenação do Pró-Saúde seus relatórios com as propostas de auto-avaliação.

Os membros da comissão assessora participarão de visitas específicas às Instituições para acompanhamento individual do programa, ou para visitas a grupos de escolas em uma determinada sub-região.

O edital do Pró-Saúde, lançado no final de 2005, selecionou propostas de 90 cursos, sendo 27 de Enfermagem, 38 de Medicina e 25 de Odontologia. Os cursos terão seus projetos com implementação concluída até o início de 2009.

O programa é uma iniciativa do Ministério da Saúde e do Ministério da Educação, representado pela Secretaria de Educação Superior. A participação da SESu deu-se desde a discussão dos eixos do programa até a elaboração dos parâmetros norteadores para o trabalho de auto-avaliação das Instituições de Ensino Superior participantes, bem como a revisão e atualização do livro-texto do Pró-Saúde, dando maior destaque à participação do pessoal no desenvolvimento dos projetos integrados. Finalmente, merece destaque o papel articulador da SESu garantindo que os princípios das políticas de saúde definidas no programa fossem incorporados aos instrumentos de avaliação para autorização e reconhecimento de cursos da área da saúde.



Residência Médica

A Residência Médica constitui modalidade de ensino de pós-graduação, destinada a médicos, sob a forma de cursos de especialização, caracterizada por treinamento em serviço, funcionando sob a responsabilidade de instituições de saúde, universitárias ou não, sob a orientação de profissionais médicos de elevada qualificação ética e profissional.

É vedado o uso da expressão Residência Médica a qualquer treinamento médico que não tenha sido aprovado pelo Conselho Nacional de Residência Médica - CNRM. Em 1981, foi sancionada a Lei nº 6.932, que instituiu a residência médica como modalidade de ensino de pós-graduação.

Os programas de Residência Médica credenciados na forma desta Lei conferirão títulos de especialistas em favor dos médicos residentes neles habilitados.

“Destinada a médicos, sob a forma de cursos de especialização, caracterizada por treinamento em serviço.”



Hospitais Universitários



Os Hospitais Universitários - HU's, são instituições que integram a assistência prestada à população, com a formação de profissionais, treinamento de pessoal e as atividades de investigação científica.

A assistência à saúde, nas suas vertentes de prevenção, de ações curativas e de reabilitação, representa um processo pedagógico baseado na realização do trabalho profissional, onde o aluno é o executor, sob supervisão docente. Nesse modelo, o aluno adquire habilidades, atitudes e competências indispensáveis a sua formação profissional. Assim, o HU, por sua complexidade, viabiliza todo o treinamento em pleno serviço.

Os HU's têm o papel de avaliar e gerar novos conhecimentos e tecnologias, pré-requisitos para a formação de mestres e doutores nas áreas específicas de habilitação. Nesse contexto, apesar das dificuldades enfrentadas, esses hospitais são referência para o sistema de saúde regional e nacional e referência única em atendimento à população, em algumas regiões, na área de assistência médica pública. Cabe a eles, junto aos gestores da rede de saúde, interagir na qualidade de balizadores dos procedimentos e normatizações técnicas a serem utilizados pelo sistema. Assim, no

momento em que passam a funcionar com sua plena capacidade de estrutura no ensino, na pesquisa e na assistência, tornam-se Centros de Referência.

Garantem assistência médico-hospitalar à sociedade em geral, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, e se encontram integrados aos programas de formação e de educação permanente para o SUS, caracterizando-se até como indispensável a sua atuação junto à população. São unidades de saúde, únicas em algumas regiões do país, capazes de prestar serviços altamente especializados, com qualidade e tecnologia de ponta à população. Garantem, também, o suporte técnico necessário aos programas mantidos por diversos Centros de Referência Estaduais ou Regionais e à gestão de sistemas de saúde pública, de alta complexidade e de elevados riscos e custos operacionais.

São importantes centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. Seus Programas de Educação Continuada oferecem a oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o Sistema de Saúde. Apresentam grande heterogeneidade quanto a sua capacidade instalada, incorporação tecnológica e abrangência no atendimento e desempenham papel de destaque na comunidade onde estão inseridos.



CELPE-Bras é um Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros, desenvolvido pelo Ministério da Educação, com o apoio do Ministério das Relações Exteriores. É o único certificado de proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros reconhecido, oficialmente, pelo governo brasileiro.

No exterior, é aceito em instituições de ensino como comprovação de proficiência na Língua Portuguesa. No Brasil, é exigido para ingresso de estrangeiros nos cursos de graduação e programas de pós-graduação.

O programa é direcionado para os estrangeiros não-lusófonos, maiores de 16 anos, com escolaridade equivalente ao ensino fundamental brasileiro, que queiram comprovar, para fins educacionais, profissionais ou outros, sua proficiência em português.

O CELPE-Bras é aplicado duas vezes ao ano, nos meses de abril e outubro. O candidato pode se inscrever em qualquer instituição credenciada no Brasil ou exterior, porém, é necessário fazer uma pré-inscrição pela internet, no site: www.mec.gov.br/celpebras.

“ É o único certificado de proficiência em Língua Portuguesa para estrangeiros reconhecido, oficialmente, pelo governo brasileiro. ”



Programa de Estudantes Convênio de Graduação - PEC-G é uma atividade de cooperação, cujo objetivo é a formação de recursos humanos, a fim de possibilitar aos cidadãos de países em desenvolvimento, com os quais o Brasil mantém acordos educacionais ou culturais, realizar estudos universitários em nível de graduação nas Instituições de Ensino Superior - IES brasileiras.


O PEC-G é coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores, por meio da Divisão de Temas Educacionais do Departamento Cultural, e pelo Ministério da Educação, por meio do Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior da Secretaria de Educação Superior.

Todas as IES devidamente credenciadas pelo Ministério da Educação que ofertam cursos reconhecidos estão aptas a participar do PEC-G. A solicitação de adesão deve ser feita junto à Secretaria de Educação Superior do MEC, responsável pela análise do pedido da instituição interessada.

São candidatos às vagas ofertadas pelas IES brasileiras cidadãos estrangeiros, entre 18 e 25 anos de idade, com ensino médio completo, preferencialmente que estejam inseridos em programas nacionais de desenvolvimento socioeconômico acordados entre o Brasil e seus respectivos países, por via diplomática.

A seleção do programa é anual, sempre realizada no 2º semestre de cada ano. O estudante que pretende participar do PEC-G deve procurar a missão diplomática brasileira em seu país de origem para proceder à inscrição.


Atualmente, o PEC-G atende mais de 3,5 mil estudantes de 43 países da América Latina e Caribe, África e Ásia, matriculados em 85 Instituições de Ensino Superior públicas e privadas participantes do programa.

riado pelo Decreto nº 4875/03, o PROMISAES - Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior consiste na oferta de auxílio financeiro para alunos estrangeiros, participantes do Programa Estudante-Convênio de Graduação - PEC-G, regularmente matriculados em cursos de graduação das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES.

Fomentar a cooperação técnico-científica e cultural entre os países com os quais o Brasil mantém acordos nas áreas de educação e cultura, em especial os países africanos e consolidar uma política de intercâmbio que promova maior integração entre o Brasil e os países em desenvolvimento são os objetivos do projeto.

O PROMISAES concede bolsas no valor de um salário mínimo mensal por aluno, por 12 meses. Para participar, o aluno deve estar matriculado em Instituição Federal de Ensino Superior, ser participante do PEC-G, ter bom desempenho acadêmico, não exercer atividade remunerada e não receber outro auxílio financeiro governamental.

“ O PROMISAES concede bolsas no valor de um salário mínimo mensal por aluno, por 12 meses. ”



A Comissão para Definição de Ensino-Aprendizagem, Pesquisa e Promoção da Língua Portuguesa - COLIP, que faz parte da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação, instituída por meio da Portaria nº 4.056, de 29 de novembro de 2005, é constituída por 18 membros, entre os quais um representante do Ministério das Relações Exteriores e um do Ministério da Cultura.

Os principais objetivos da COLIP são produzir ações culturais que promovam a identidade e representação do Brasil lingüístico, apresentar propostas de promoção internacional do Brasil por meio de políticas governamentais, em coordenação com o Ministério das Relações Exteriores, e estruturar o projeto de criação do Instituto Machado de Assis.

Além disso, a COLIP é a Comissão Nacional do Brasil do Instituto Internacional de Língua Portuguesa - IILP, ente ligado à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. O IILP foi criado em 1999, durante a VI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, e tem como objetivos fundamentais a promoção, a defesa, o enriquecimento e a difusão da língua portuguesa como veículo de cultura, educação, informação e acesso ao conhecimento científico, tecnológico e de utilização oficial em fóruns internacionais. No período de 2006 a 2008, o Brasil também preside o Conselho Científico do IILP e, durante esse período, tem trabalhado na elaboração do Plano Estratégico do Instituto.

Outro grande papel da COLIP é a implantação do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa no Brasil. O Acordo foi ratificado aqui, em São Tomé e Príncipe e em Cabo Verde, e a expectativa é tirar o Brasil do isolamento ortográfico unificando o registro escrito nos oito países que falam o idioma (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Brasil e Portugal), já que, atualmente, a língua portuguesa possui dois sistemas ortográficos: o português (adotado também pelos países africanos e pelo Timor Leste) e o brasileiro.



Programa de Mobilidade Acadêmica Regional em Cursos Acreditados - MARCA - foi desenvolvido e implementado pelo Setor Educacional do MERCOSUL - SEM - como uma das ações voltadas para as prioridades de mobilidade entre instituições e países e para a melhoria da qualidade acadêmica através de sistemas de avaliação e credenciamento. A promoção da cooperação interinstitucional internacional no âmbito do ensino superior entre cursos de qualidade avaliada e aprovada pelo SEM é considerada forma de incentivo à integração regional e à melhoria da formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento do MERCOSUL.

O Programa, um convênio entre a Secretaria de Educação Superior do Brasil, a Secretaria de Políticas Universitárias da Argentina, a Universidad de la República do Uruguai e a Direção Geral de Educação Superior do Paraguai, busca promover o intercâmbio de alunos, docentes, pesquisadores e gestores de instituições de educação superior.

Participam instituições de quatro países membros do MERCOSUL: Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, mais os países associados Bolívia e Chile.

“ O programa busca promover o intercâmbio de alunos, docentes, pesquisadores e gestores de instituições de educação superior. ”

Presensation

Le Secrétariat de l'Enseignement Supérieur (SESu) est le Service du Ministère de l'Education Nationale en charge des orientations, de la coordination, de la supervision et de la mise en oeuvre de la politique nationale de l'enseignement supérieur.

Le Ministère de l'Education Nationale, par le biais du SESu, travaille à la divulgation et à la démocratisation de l'accès à l'enseignement supérieur : une question d'importance pour la société brésilienne. Cependant, il ne suffit pas seulement d'augmenter le nombre de places dans l'enseignement supérieur. Il faut le faire en garantissant la qualité. De la même manière, il est fondamental que nous le fassions en favorisant l'insertion sociale par l'éducation à tous les niveaux. Enfin, il y a la question de la territorialité. Un pays qui prétend être une nation doit se considérer dans sa totalité, utilisant l'éducation (enseignement supérieur inclus), afin de favoriser la qualité de cette dernière même dans les régions les plus reculées du pays. L'éducation est le meilleur outil pour réduire les inégalités sociales, de même que les inégalités régionales.

L'enseignement supérieur est fortement lié au développement économique et social du pays, que se soit en formant du personnel hautement qualifié, ou comme maillon indispensable dans la production scientifique et technologique, élément-clé de l'intégration et de la formation de la nation.

Le Ministère de l'Education Nationale a développé des politiques stratégiques pour la démocratisation de l'enseignement, qui vont des crèches jusqu'aux universités, incluant les 3ème et 4ème cycles. La politique d'insertion sociale dans l'enseignement supérieur, en particulier par le biais de quotas de places réservées aux étudiants qui viennent des écoles publiques, est une des actions qui vont dans ce sens.

Cela ne concerne pas seulement l'enseignement supérieur, cependant, concernant des actions en phase avec d'autres niveaux d'enseignement et autres modalités et étapes de l'éducation, le défi consiste à tenter d'atteindre l'objectif de réalisation du Plan National de l'Education - PNE, lequel a fixé, entre autres objectifs pour la décennie, l'offre de places correspondant à environ 30% des jeunes brésiliens. Cependant, il faudra plus que doubler le nombre d'étudiants dans les instituts d'enseignement supérieur, en particulier dans les établissements publics, et plus particulièrement dans les institutions fédérales d'enseignement supérieur, favorisant ainsi l'insertion sociale par l'éducation et avec une vue nationale.

Presentación

La Secretaría de Educación Superior es la unidad del Ministerio de Educación responsable por planificar, orientar, coordinar y supervisar el proceso de formulación e implementación de la política nacional de educación superior.

El Ministerio de Educación trabaja por la ampliación y democratización del acceso a la enseñanza superior. Para ello, no basta con hacer crecer la oferta de plazas en la educación superior. Es necesario garantizar calidad. Igualmente, es fundamental que se haga promoviendo inclusión social por la educación en todos los niveles. Finalmente, la cuestión de la territorialidad. El País que se pretende nación necesita verse en su totalidad, haciendo uso de la educación, incluso de la educación superior, para facilitar calidad educacional incluso en las regiones más remotas. La Educación es la mejor herramienta para hacer frente a las desigualdades sociales, así como a las desigualdades regionales.

La Educación superior está fuertemente vinculada al desarrollo económico y social del País, bien sea en lo que se refiere a su aspecto de formadora de recursos humanos altamente calificados o bien como pieza imprescindible en la producción científico-tecnológica, elemento clave de la integración y formación nación.

El Ministerio de Educación ha creado políticas estratégicas para la democratización de la enseñanza, que se extiende desde las guarderías hasta las universidades, incluyendo su postgraduación. La política de inclusión social en la educación superior, especialmente en la vía de reserva de plazas para estudiantes que hicieron sus cursos en las escuelas públicas, es solamente una entre otras varias acciones en este sentido.

En lo que se compete a la Educación Superior y refiriéndonos a las acciones armónicas con otros niveles de enseñanza y otras modalidades y etapas de la educación, el desafío consiste en avanzar en dirección del cumplimiento del Plan Nacional de Educación - PNE, que fijó, entre otras metas para el decenio, la oferta de plazas correspondientes a por lo menos el 30% de los jóvenes brasileños. Para ello será necesario más que duplicar el número de estudiantes en nuestras instituciones de enseñanza superior, especialmente en las instituciones públicas y, muy especialmente, en las instituciones federales de enseñanza superior, promoviendo inclusión social

Introduction

The Higher Education Secretariat is an agency of the Ministry of Education responsible for planning, guiding, coordinating, and supervising the process of formulating and implementing national higher education policies.

The Ministry of Education works by making higher education more democratically accessible and more comprehensive. As such, it is not enough to simply increase the number of spot offers for higher education. We must also ensure quality. It is also important that this be done by socially streamlining education on all levels. Finally, there is an issue of territory. A true nation must see itself as a whole, by making use of education, especially higher education, to ensure educational quality even in the most remote regions. Education is the best tool to fight social inequality, as well as regional inequalities.

Higher education is closely connected with the country's social and economic development, via an education entity for highly qualified human resources or as a necessary tool in scientific and technological production, a key element for integration and for fostering a national spirit.

The Ministry of Education has created strategic policies for making education more democratically accessible, spanning child day care all the way up to universities, including post-graduation. The social inclusion policy in higher learning, especially with regards to reserving certain spots for students coming from the public-school network, is but one of many initiatives in this sense.

With regards to higher education, that is, harmonious initiatives on other educational levels and other modalities and stages in education, the challenge consists of fulfilling the National Education Plan - PNE - which, among other goals for the upcoming 10-year period, set the number of these spots to at least 30% of all Brazilian young men and women. As such, we will need to more than double the number of students in our Higher Education Institutions, especially in public institutions, emphasizing higher education federal institutions, promoting social inclusion through education and encompassing the whole country.